

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº..... 2019

Dispõe sobre a realização de consulta plebiscitária com os eleitores de Anagé e Vitória da Conquista, para desmembramento do município de Anagé da área onde se encontram as localidades de .....a ser incorporada ao município de Vitória da Conquista, BA

### A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DECRETA

Art. 1º O tribunal Regional Eleitoral da Bahia realizará no prazo máximo de três meses, consulta plebiscitária com os eleitores dos municípios de Anagé e Vitória sobre o desmembramento do município de Anagé da área onde se encontram as localidades de ..... a ser incorporada ao município de Vitória da ConquistaBa , nos termos do §4º do Art. 18 da Constituição Federal; dos incisos XVI do Art. 11 e I do Art. 54 da constituição da Bahia, do Art.8 da Lei Complementar Estadual nº 002 e da Lei Federal Nº 9.709/1998.

Parágrafo único. O mapa anexo define a área referida no caput deste Artigo.

Art. 2º No dia marcado para votação, na consulta plebiscitária de que trata o Art. 1º desta Resolução, será submetida a todos os eleitores aptos a votar nas circunscrições dos municípios de Anagé e Vitória da Conquista, a seguinte pergunta:

I – “Aceita o desmembramento do município de Anagé da área onde se encontram as localidades de .....a ser incorporada ao município de Vitória da Conquista, Ba?

Parágrafo único. Em relação ao questionamento previsto no Inciso I deste artigo, o eleitor optará pelas teclas que correspondem a sua intenção de voto, digitando:

- 1 - **SIM** para indicar sua concordância com o desmembramento e incorporação.
- 2 - **NÃO** para indicar sua discordância com o desmembramento e incorporação.

Art. 3º A consulta plebiscitária será realizada por sufrágio universal e voto direto secreto.

Art. 4º A proposta prevista no Art. 1º será aprovada ou rejeitada por maioria simples dos votos válidos, em um único turno de votação.

Art. 5º O TRE-BA expedirá as instruções complementares ao processo plebiscitário.

Art.6º Em sendo vencedor o sim, a ALBA apreciará em regime de urgência, Projeto de Lei normatizando a proposta que trata o Art. 1º desta Resolução.

## JUSTIFICATIVA

A execução da ADI nº 0019118-93.2013.8.05.0000 transferiu para Anagé uma área de 425,77 km², historicamente administrada por Vitória da Conquista, com uma população superior a 6.000 habitantes e um número de eleitores em torno de 5.000, todos vinculados a Conquista. A administração desta área jamais foi questionada por Anagé ao longo de mais de meio século de existência depois de seu desmembramento de Conquista. A motivação de Anagé ao mover esta malfadada Ação se prende única e exclusivamente a interesse em aumentar a quota de FPM, desde quando não dispõe da mínima condição de manter a assistência que a população recebe de Conquista. Saliente-se que Anagé jamais exerceu nenhuma atividade administrativa, política, educativa, cultural ou qualquer outra espécie no território que ora tenta se apoderar.

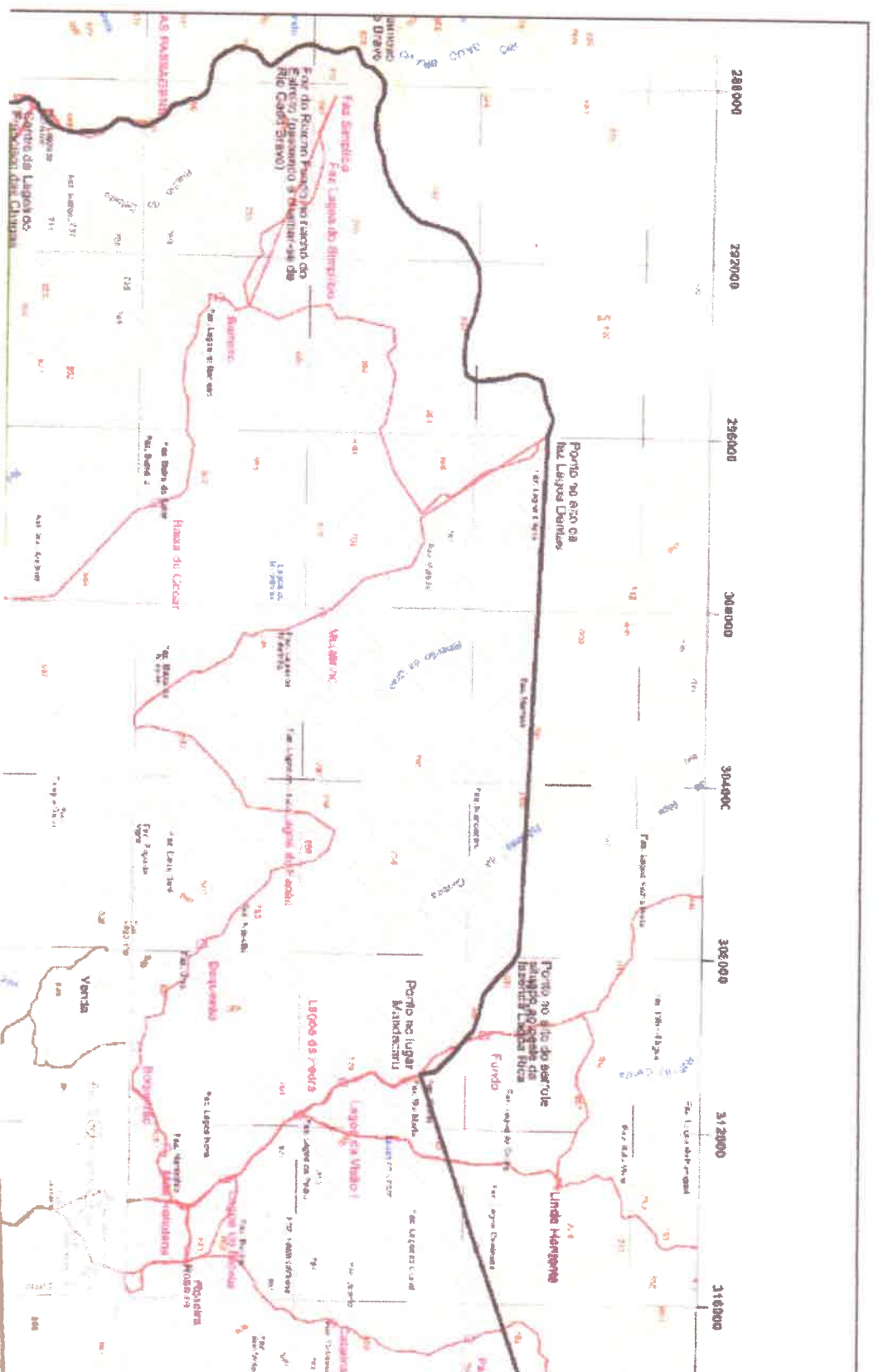
Na referida faixa localizam-se, dentre outros, os povoados, localidades ou fazendas administrados integralmente por Vitória da Conquista: Campo Bravo, Simpício, Mercês, Lagoa do Simpício, Barreira, Mulatinho, Lagoa do Falcão, Lagoa do Mulatinho, Baixa do Cocar, mandacaru, Lagoa Visão, Lagoa de Pedra, Boqueirão, Mãe Heliotéria, fazenda Tanque Velho, fazenda Bela Vista, fazenda Bagaço Grosso, fazenda Vista, Boa Sorte, fazenda Pau Ferro, Catarina II, Lagoa Pedra, Lagoa Batista e Roseira.

A consulta plebiscitária, agora proposta, constitui-se no único instrumento capaz de evitar um grave conflito territorial porque a população não aceita em hipótese alguma o rompimento das relações estabelecidas ao longo do tempo com Conquista, por se considerar como pertencente a este município onde nasceu e desenvolve sua cidadania e assim quer permanecer.

Sala das Sessões,.....

Deputado

Fwd: Ma



**Associação de Trabalhadores e Agricultores Rurais do Povoado de Itapirema**

Vitória da Conquista – Ba 06 de junho de 2019

Ilmo. Sr. Coriolano Moraes

Nesta

Servimo-nos do presente, com a finalidade de solicitar dessa V. S<sup>a</sup>, uma **contribuição, para o custeio de despesas com a festa junina do povoado de Itapirema**, que será realizada no dia 23 e 24 do corrente ano.

Nosso principal objetivo é manter as tradições juninas em nossa comunidade.

Certos de contarmos com a pronta colaboração de V. S<sup>a</sup>, antecipamos nossos agradecimentos e desde já, o convidamos para participar da nossa festa.

Atenciosamente:

*Marinês Coordenante*

RECEBIDO  
06/06/19  
Gabinete Prof. Cori

**GABINETE DO VEREADOR CORIOLANO MORAES**

OF. Nº 052/2019 GVCM/CMVC

Vitória da Conquista, 06 de maio de 2019.

À Sua Excelência o Senhor

Osni Cardoso de Araújo

Presidente da Comissão Especial de Assuntos Territoriais e Emancipação

Senhor Deputado,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, dirijo-me a Vossa Excelência referindo-me a Ação Direta de Inconstitucionalidade impetrada pela Prefeitura de Anagé, em que solicita a revogação da Lei no. 12.564/2012 e atualiza os limites dos municípios que integram o Território de Identidade de Vitória da Conquista.

Como até a presente data não recebemos posição dessa Comissão, sobre o andamento dos trabalhos para realização do Plebiscito, reiteramos ofício anteriormente encaminhado, cópias em anexo.

Na certeza de contarmos com a vossa prestimosa atenção, aguardamos um breve posicionamento por parte dessa Comissão, com manifestação de votos de apreço e consideração.

Atenciosamente,

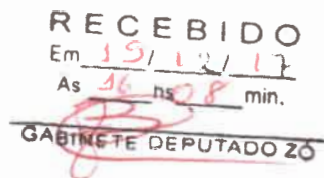
  
Coriolano Moraes  
Vereador PT

*Telefones para contato: (77) 3086-9688, (77) 98824-9059 e (77) 98857-8362*

*E-mail: [mandatoprofessorcoria@gmail.com](mailto:mandatoprofessorcoria@gmail.com)*

**RECEBIDO**  
Em 17 / 05 / 2019  
Às 16 hs 00 min  
Gab. Dep. Osni Cardoso





OF. Nº 209/2017 GVCM/CMVC

Vitória da Conquista, 18 de dezembro de 2017.

À Sua Excelência o Senhor

Crisostomo Antonio Lima

Presidente da Comissão Especial de Assuntos Territoriais e Emancipação

Senhor Deputado,

Ao cumprimentá-la cordialmente, dirijo-me a Vossa Excelência a despeito da Ação Direta de Inconstitucionalidade impetrada pela Prefeitura de Anagé, em que revoga a Lei nº 12.564/2012 atualiza os limites dos municípios que integram o território de identidade de Vitória da Conquista.

Em 09 de abril de 2015 os Vereadores de Vitória da Conquista, Coriolano Moraes e Arlindo Rebouças, entregaram um ofício solicitando da Comissão de Assuntos Territoriais, uma posição sobre a ADI, tendo em vista que o município de Anagé não dispõe dos serviços básicos para o referido território e que estes serviços são efetuados pelo município de Vitória da Conquista e solicitando a realização de um Plebiscito.

Em 18 de setembro de 2017, O vereador Coriolano Moraes, juntamente com o ex-vereador, Arlindo Rebouças, estiveram ao lado dos deputados estaduais Jean Fabrício Falcão (PC do B), Luciano Ribeiro (DEM), Zó (PC do B), presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Conquista, Balbino Santos, o prefeito de Caetanópolis, Paulo de Reis (PC do B) e o secretário de agricultura de Caetanópolis, Irondes Vieira no Tribunal de Justiça da Bahia, com a Desembargadora do TJ, Ilona Márcia Reis, onde recebemos a notícia da possibilidade de realização do Plebiscito, mas até o momento não recebemos nenhuma informação oficial confirmando.

Nesse sentido, o Supremo Tribunal Federal, já decidiu, em sede de controle abstrato de inconstitucionalidade, que mesmo para a edição de leis estaduais que prevejam alterações geográficas entre municípios, haverá necessidade de consulta plebiscitária". ( STF, Pleno, ADIn nº 1.262/TO, Rel. Min. Sydney Sanches, julgado em 11/09/1997.

### **Criação de Município: Inconstitucionalidade**

Por violação ao § 4º do art. 18 da CF, que condiciona a criação de municípios a consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas, o Tribunal, por maioria, julgou procedente a ação direta e declarou a inconstitucionalidade do art. 2º da Lei 498/92 do Estado de Tocantins na parte em que dando nova redação ao inciso IX do art. 4º, da Lei 251/91, do mesmo Estado, modificou, sem a prévia consulta plebiscitária, a área, os limites e as confrontações do Município de Cariri do Tocantins, que já haviam sido submetidos a plebiscito. Vencido o Min. Marco Aurélio, que julgava improcedente a ação sob o entendimento de que a correção dos limites geográficos do referido Município, que tinha por finalidade adequá-lo a conceitos técnicos, não exigiria a realização de novo plebiscito. **ADIn 1.262-TO, rel. Min. Sydney Sanches, 11.9.97.**

Até a presente data não recebemos uma posição desta comissão, sobre a realização do Plebiscito, em função disto estamos reiterando o ofício.

Na certeza de contarmos com a vossa prestimosa atenção, ficamos no aguardo de um breve posicionamento por parte desta comissão, ao tempo que manifestamos votos de apreço.



Coriolano Moraes  
Vereador/PT

**Gabinete do Vereador  
Coriolano Moraes**

OF. Nº 198/2017 GVCM/CMVC

Vitória da Conquista, 11 de setembro de 2017.

Exmº. Senhor Josias Gomes  
D.D. Secretaria de Relações Institucionais - Serin  
Governo da Bahia - Salvador - BA

Senhor Secretário,


Ao cumprimentá-lo cordialmente, dirijo-me a Vossa Excelência a despeito da Ação Direta de Inconstitucionalidade impetrada pela Prefeitura de Anagé, em que revoga a Lei nº 12.564/2012 atualiza os limites dos municípios que integram o território de identidade de Vitória da Conquista.

Em 09 de abril de 2015 os Vereadores de Vitória da Conquista, Arlindo Rebouças e Coriolano Moraes, entregaram um ofício solicitando da Comissão de Assuntos Territoriais, uma posição sobre a ADI, tendo em vista que o município de Anagé não dispõe dos serviços básicos para o referido território e que estes serviços são efetuados pelo município de Vitória da Conquista e solicitando a realização de um Plebiscito.

Até a presente data não recebemos uma posição desta comissão, em função disto estamos reiterando o ofício e ao mesmo tempo a título de sugestão, organizar outro encontro com o Município de Anagé e sugerir a retirada da ADI.

Em anexo documentação que comprovam todos os encaminhamentos deste período.

Na certeza de contarmos com a vossa prestimosa atenção, ficamos no aguardo de um breve posicionamento por parte desta comissão, ao tempo que manifestamos votos de apreço.

  
Coriolano Moraes  
Vereador/PT

  
Josias Gomes  
Secretário de Relações Institucionais  
SERIN



OF. Nº 198/2017 GVCM/CMVC

Vitória da Conquista, 11 de setembro de 2017.

Exmº. Senhor José Raimundo  
D.D. Deputado Estadual  
Salvador - BA

Senhor Deputado,


Ao cumprimentá-lo cordialmente, dirijo-me a Vossa Excelência a despeito da Ação Direta de Inconstitucionalidade impetrada pela Prefeitura de Anagé, em que revoga a Lei nº 12.564/2012 atualiza os limites dos municípios que integram o território de identidade de Vitória da Conquista.

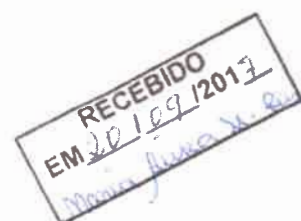
Em 09 de abril de 2015 os Vereadores de Vitória da Conquista, Arlindo Rebouças e Coriolano Moraes, entregaram um ofício solicitando da Comissão de Assuntos Territoriais, uma posição sobre a ADI, tendo em vista que o município de Anagé não dispõe dos serviços básicos para o referido território e que estes serviços são efetuados pelo município de Vitória da Conquista e solicitando a realização de um Plebiscito.

Até a presente data não recebemos uma posição desta comissão, em função disto estamos reiterando o ofício e ao mesmo tempo a título de sugestão, organizar outro encontro com o Município de Anagé e sugerir a retirada da ADI.

Em anexo documentação que comprovam todos os encaminhamentos deste período.

Na certeza de contarmos com a vossa prestimosa atenção, ficamos no aguardo de um breve posicionamento por parte desta comissão, ao tempo que manifestamos votos de apreço.

  
Coriolano Moraes  
Vereador/PT



**Gabinete do Vereador  
Coriolano Moraes**

OF. Nº 198/2017 GVCM/CMVC

Vitória da Conquista, 11 de setembro de 2017.

Exmº. Senhor Fabrício Falcão  
DD. Deputado Estadual  
Salvador - BA

Fabrício Falcão  
Deputado Estadual - PCdoB  
18-09-17

Senhor Deputado,


Ao cumprimentá-lo cordialmente, dirijo-me a Vossa Excelência a despeito da Ação Direta de Inconstitucionalidade impetrada pela Prefeitura de Anagé, em que revoga a Lei nº 12.564/2012 atualiza os limites dos municípios que integram o território de identidade de Vitória da Conquista.

Em 09 de abril de 2015 os Vereadores de Vitória da Conquista, Arlindo Rebouças e Coriolano Moraes, entregaram um ofício solicitando da Comissão de Assuntos Territoriais, uma posição sobre a ADI, tendo em vista que o município de Anagé não dispõe dos serviços básicos para o referido território e que estes serviços são efetuados pelo município de Vitória da Conquista e solicitando a realização de um Plebiscito.

Até a presente data não recebemos uma posição desta comissão, em função disto estamos reiterando o ofício e ao mesmo tempo a título de sugestão, organizar outro encontro com o Município de Anagé e sugerir a retirada da ADI.

Em anexo documentação que comprovam todos os encaminhamentos deste período.

Na certeza de contarmos com a vossa prestimosa atenção, ficamos no aguardo de um breve posicionamento por parte desta comissão, ao tempo que manifestamos votos de apreço.

  
Coriolano Moraes  
Vereador/PT

**Gabinete do Vereador**  
**Coriolano Moraes**

CI. Nº 199/2017 GVCM/CMVC

Vitória da Conquista, 15 de maio de 2017.

À Sua Excelência o Senhor


Crisostomo Antonio Lima (ZÓ)

Presidente da Comissão Especial de Assuntos Territoriais e Emancipação

Assusnto: Realização de plebicito

Ao cumprimentá-lo, cordialmente, dirijo-me a Vossa Excelência para encaminhar abaixo-assinado, resultado da Audiência Pública realizada na Câmara Municipal de Vitória da Conquista, em 04 de maio de 2017, onde os moradores da região afetada, solicita a realização da consulta plebiscitário para atualizar os limites dos municípios que integram o território de identidade de Vitória da Conquista, Anagé e Caetanos.

Sendo o que tínhamos para o momento, nos colocamos à disposição para maiores esclarecimentos.

  
Coriolano Moraes  
Vereador/PT

*Crisostomo Lima*  
*18/09/2017*

Cl. Nº 102/2017 GVCM/CMVC

Vitória da Conquista, 04 de maio de 2017.

À Sua Excelência o Senhor

Crisostomo Antonio Lima (ZÓ)

Presidente da Comissão Especial de Assuntos Territoriais e Emancipação

Assunto: Realização de plebiscito

Ao cumprimentá-lo, cordialmente, dirijo-me a Vossa Excelência para informar que em 04 de maio 2017, foi realizada uma Audiência Pública na Câmara de Vereadores de Vitória da Conquista, com a presença do representante da Prefeitura de Conquista, o Secretário de Serviços Públicos Esmeraldino Correia, do Prefeito de Caetanos, Paulo de Reis, do representante da Prefeita de Anagé, o chefe de gabinete Rildo Querino, e as comunidades diretamente ligadas a Divisão Territorial, onde vários moradores das comunidades se manifestaram contra alterar a ação movida pela Prefeitura de Anagé.

Com base no art. 18, § 4º da Constituição Federal e no art. 54, inciso I, da Constituição do Estado da Bahia que estabelece - **“I - consulta prévia, através de plebiscito, às populações diretamente interessadas,** com manifestação favorável da maioria absoluta dos respectivos eleitores:” as comunidades diretamente envolvidas solicitaram a realização da consulta plebiscitária para atualizar os limites dos municípios que integram o território de identidade de Vitória da Conquista, Anagé e Caetanos.

Nesse sentido, o Supremo Tribunal Federal, já decidiu, em sede de controle abstrato de inconstitucionalidade, que mesmo para a edição de leis estaduais que prevejam alterações geográficas entre municípios, haverá necessidade de consulta plebiscitária”. ( STF, Pleno, **ADIn nº 1.262/TO, Rel. Min. Sydney Sanches, julgado em 11/09/1997.**

### **Criação de Município: Inconstitucionalidade**

Por violação ao § 4º do art. 18 da CF, que condiciona a criação de municípios a consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas, o Tribunal, por maioria, julgou procedente a ação direta e declarou a inconstitucionalidade do art. 2º da Lei 498/92 do Estado de Tocantins na parte em que dando nova redação ao inciso IX do art. 4º, da Lei 251/91, do mesmo Estado, modificou, sem a prévia consulta plebiscitária, a área, os limites e as

confrontações do Município de Cariri do Tocantins, que já haviam sido submetidos a plebiscito. Vencido o Min. Marco Aurélio, que julgava improcedente a ação sob o entendimento de que a correção dos limites geográficos do referido Município, que tinha por finalidade adequá-lo a conceitos técnicos, não exigiria a realização de novo plebiscito. **ADIn 1.262-TO, rel. Min. Sydney Sanches, 11.9.97.**

Em anexo assinaturas de moradores da área afetada.

Sendo o que tínhamos para o momento, nos colocamos à disposição para maiores esclarecimentos.

Coriolano Moraes  
Vereador

Arlindo Rebouças  
Ex-Vereador



OF. Nº 101/2017 GVCM/CMVC

Vitória da Conquista, 24 de abril de 2017.

À Sua Excelência Prefeito de Caetanos  
Paulo Alves dos Reis

Assunto: Audiência Pública - Divisão Territorial

Ao cumprimentá-lo cordialmente, dirijo-me a Vossa Senhoria para convidá-lo a participar da composição da mesa da Audiência Pública, a despeito da Ação Direta de Inconstitucionalidade impetrada pela Prefeitura de Anagé, em que revoga a Lei nº 12.564/2012 atualiza os limites dos municípios que integram o território de identidade de Vitória da Conquista, no dia 04 de maio de 2017, às 9 :00 h, na Câmara Municipal de Vitória da Conquista.

Sendo o que tínhamos para o momento, nos colocamos à disposição para maiores esclarecimentos.

  
Coriolano Moraes  
Vereador/PT

OF. Nº 101/2017 GVCM/CMVC

Vitória da Conquista, 24 de abril de 2017.


À Sua Excelência Prefeita de Anagé

Elen Zite Pereira dos Santos

Assunto: Audiência Pública - Divisão Territorial

Ao cumprimentá-la cordialmente, dirijo-me a Vossa Senhoria para convidá-la a participar da composição da mesa da Audiência Pública, a despeito da Ação Direta de Inconstitucionalidade impetrada pela Prefeitura de Anagé, em que revoga a Lei nº 12.564/2012 atualiza os limites dos municípios que integram o território de identidade de Vitória da Conquista, no dia 04 de maio de 2017, às 9:00 h, na Câmara Municipal de Vitória da Conquista.

Sendo o que tínhamos para o momento, nos colocamos à disposição para maiores esclarecimentos.

  
Coriolano Moraes  
Vereador/PT



Gabinete do Vereador  
Cicriolano Moraes

Of. 20.109/2017 GACM/MVC

Vitória da Conquista, 07 de abril de 2017

A Sua Excelência o Senhor

Crisóstomo Antonio Lima

Presidente da Comissão Especial de Assuntos Territoriais e Emancipação

Assembleia Legislativa da Bahia

Assunto: Audiência Pública - Divisão Territorial

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-la cordialmente, dirijo-me a Vossa Senhoria para convidá-la a participar da composição da mesa da Audiência Pública, a despeito da Ação Direta de Inconstitucionalidade impetrada pela Prefeitura de Anagé, em que revoga a Lei nº 12.564/2012 que atualiza os limites dos municípios que integram o território de identidade de Vitória da Conquista, no dia 20 de abril de 2017, às 09:00 h, na Câmara Municipal de Vitória da Conquista.

Sendo o que tínhamos para o momento, nos colocamos à disposição para maiores esclarecimentos.

  
Cicriolano Moraes  
Vereador PT

OF. Nº 078/2017/GVCM/CMVC

Vitória da Conquista, 20 de março de 2017.

Exmº. Senhor

Deputado Crisostomo Antonio Lima (ZÓ)

D.D. Presidente da Comissão de Assuntos Territoriais e Emancipação  
Salvador - BA

Senhor Deputado.


Ao cumprimentá-la cordialmente, dirijo-me a Vossa Excelência a despeito da Ação Direta de Inconstitucionalidade impetrada pela Prefeitura de Anagé, em que revoga a Lei nº 12.564/2012 atualiza os limites dos municípios que integram o território de identidade de Vitória da Conquista.

Em 09 de abril de 2015 os Vereadores de Vitória da Conquista, Arlindo Rebouças e Coriolano Moraes, entregaram um ofício solicitando da Comissão de Assuntos Territoriais, uma posição sobre a ADI, tendo em vista que o município de Anagé não dispõe dos serviços básicos para o referido território e que estes serviços são efetuados pelo município de Vitória da Conquista e solicitando a realização de um Plebiscito.

Até a presente data não recebemos uma posição desta comissão, em função disto estamos reiterando o ofício e ao mesmo tempo a título de sugestão, organizar outro encontro com o Município de Anagé e sugerir a retirada da ADI.

Na certeza de contarmos com a vossa prestimosa atenção, ficamos no aguardo de um breve posicionamento por parte desta comissão, ao tempo que manifestamos votos de apreço.

  
Coriolano Moraes  
Vereador/PT

  
Arlindo Rebouças  
Secretário de Agricultura e Desenvolvimento Rural

*em anexo Arlindo  
21/03/2017*

Vitória da Conquista, 09 de abril de 2015.

OF. Nº 48/2015 /CMVC


Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Territoriais e Emancipação

O Município de Vitória da Conquista, localizado no Sudoeste da Bahia, segundo a última estimativa do IBGE conta com uma população de cerca de 336.987 habitantes. Destes, cerca de 70.000 residem na Zona Rural do Município, que, por sua vez, é constituída por 300 povoados e 12 distritos.

Ocorre que, a despeito de Ação Direta de Inconstitucionalidade impetrada pela Prefeitura de Anagé, que caso aprovada, revoga Lei Estadual 12.564/2012 atualiza os limites dos municípios que integram o território de identidade de Vitória da Conquista, é justamente **a imposição de que**, vez que é sabido que o município de Anagé não dispõe dos serviços básicos para o referido território e que estes serviços são efetuados pelo município de Vitória da Conquista, sugerimos a realização de um Plebiscito nas comunidades afetadas para escolherem onde querem que suas comunidades pertençam, caso os trabalhos da Comissão até 30/04/2015 não se resolva a Ação Direta de Inconstitucionalidade em questão. Este Plebiscito poderá ser realizado no período da próxima eleição para Prefeito e Vereadores.

Na certeza de contarmos com a vossa prestimosa atenção, ficamos no aguardo de um breve posicionamento por parte desta comissão, ao tempo em que manifestamos votos de apreço.

Atenciosamente,

  
**Arlindo Rebouças**  
Vereador/PROS

  
**Coriolano Moraes**  
Vereador / PT

Exmo. Senhor:

Deputado CRISOSTOMO ANTONIO LIMA (Zó)

D.D. Presidente da Comissão de Assuntos Territoriais e Emancipação

**Salvador - BA**







Vitória da Conquista, 09 de abril de 2015.

OF. Nº 48/2015 /CMVC


Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Territoriais e Emancipação


O Município de Vitória da Conquista, localizado no Sudoeste da Bahia, segundo a última estimativa do IBGE conta com uma população de cerca de 336.987 habitantes. Destes, cerca de 70.000 residem na Zona Rural do Município, que, por sua vez, é constituída por 300 povoados e 12 distritos.

Ocorre que, a despeito de Ação Direta de Inconstitucionalidade impetrada pela Prefeitura de Anagé, que caso aprovada, revoga Lei Estadual 12.564/2012 atualiza os limites dos municípios que integram o território de identidade de Vitória da Conquista, é justamente **a imposição de que**, vez que é sabido que o município de Anagé não dispõe dos serviços básicos para o referido território e que estes serviços são efetuados pelo município de Vitória da Conquista, sugerimos a realização de um Plebiscito nas comunidades afetadas para escolherem onde querem que suas comunidades pertençam, caso os trabalhos da Comissão até 30/04/2015 não se resolva a Ação Direta de Inconstitucionalidade em questão. Este Plebiscito poderá ser realizado no período da próxima eleição para Prefeito e Vereadores.

Na certeza de contarmos com a vossa prestimosa atenção, ficamos no aguardo de um breve posicionamento por parte desta comissão, ao tempo em que manifestamos votos de apreço.

Atenciosamente,

  
**Arlindo Rebouças**  
Vereador/PROS

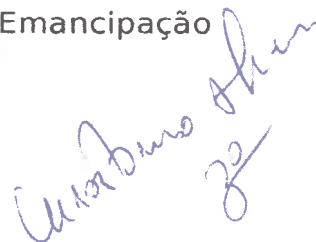
  
**Coriolano Moraes**  
Vereador / PT

Exmo. Senhor:

Deputado CRISOSTOMO ANTONIO LIMA (Zó)

D.D. Presidente da Comissão de Assuntos Territoriais e Emancipação

**Salvador - BA**

  
Crisostomo Antonio Lima  
Zó



## Veredores e comunidades condenam ação que tira território de Vitória da Conquista

com - Câmara em 06/12/2014 às 12:19 hs

*Audiência na Câmara*

**Uma audiência pública com a participação de 400 pessoas participou da audiência, requerida pelos mandatos dos vereadores Arlindo Rebouças (PROS) e Professor Cori (PT), e subscrita pelos demais vereadores.**



O plenário da Câmara Municipal de Vitória da Conquista ficou pequeno para as centenas de moradores da zona rural que compareceram à audiência pública na manhã deste sábado (06) para debater a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), movida pelas prefeituras de Anagé e Jânio Quadros e que contesta a Lei Estadual 12.564/2012, que trata dos limites territoriais. Sob a justificativa de que a Assembleia Legislativa da Bahia não tem competência para legislar sobre limites territoriais, os prefeitos ingressaram com a ação que tem preocupado os moradores de distritos e povoados que se veem ameaçados de não mais pertencerem a Vitória da Conquista.

Caso a ADI seja julgada procedente pelo Tribunal de Justiça, Vitória da Conquista perde parte de suas localidades para municípios limítrofes, entre eles, Anagé, Jânio Quadros, Belo Campo e Ribeirão do Largo. O mais prejudicado com uma eventual divisão seria o Distrito de José Gonçalves, que perderia mais de vinte localidades para Anagé, entre elas, Roseira, Tanque Velho, Batista, Catarina I e II, Boa Sorte, Mãe Eleotéria, Boqueirão, Visão, Deus Dará, Baixa do Muquém,

do Mulatinho, Lagoa do Facão, Lagoinha, Baixa do Cocá, Quebra Mato, Barreiro e Lagoa de Simplicio, totalizando uma média de seis mil moradores.

Diante da situação, a Câmara Municipal, por meio dos mandatos dos vereadores Arlindo Rebouças (PROS) e Coriolano Moraes Neto (PT), mobilizou Prefeitura Municipal, população, Assembleia Legislativa e Governo do Estado para que todos se unam no sentido de mostrar a população que a ação fere o desejo dos moradores de continuarem pertencendo a Vitória da Conquista.

Segundo o vereador **Arlindo Rebouças** (PROS), a alteração nos limites territoriais pode ocasionar danos à população, pois todos os serviços prestados a essas comunidades pela Prefeitura de Vitória da Conquista serão retirados, a exemplo dos professores, do transporte escolar e dos agentes de saúde. Disse, ainda, que o município de Anagé não apresenta a mínima condição para oferecer esses serviços, vez que se encontra em dificuldade financeira e com três meses de atraso na folha de pagamento dos servidores.



Segundo o vereador, se a população tem que passar por Vitória da Conquista, não há lógica nessa situação. O importante é que os 21 vereadores desta Casa estão conosco nessa luta, nessa defesa, da mesma forma que o prefeito Guilherme Menezes, que colocou dois procuradores do município para acompanhar o processo, o titular da Superintendência de Estudos Sociais da Fundação de Estudos do Estado da Bahia, o próprio governador; nós não vamos permitir que isso aconteça", afirmou o Líder da Bancada de Oposição, acrescentando que quando o assunto em questão é o povo, não há partido político. "Vou a qualquer lugar em defesa do povo; já estive em Salvador três vezes conversando com o governador, já estive em reunião com o prefeito Guilherme, no último dia 1º, vamos procurar o governador Jaques Wagner, a desembargadora, vamos lutar até o Papa se houver necessidade; nessa hora, os embates políticos ficam de lado, o nosso lado é o povo. Vamos marcar uma reunião em Vitória, com a desembargadora Dra. Ilana, e depois disso poderemos fazer novas mobilizações, quem sabe uma romaria até a porta da Prefeitura Municipal, para exigir respeito e mostrar que não somos de cabresto, que temos coragem de lutar. Anagé nunca, fora Anagé!".



O vereador **Professor Cori** (PT) ressaltou a luta incansável do vereador Arlindo Rebouças, que levantou a voz e mobilizou a Câmara, a prefeitura e outros órgãos em defesa da população. "Esse é um tema importante, compreendemos que um mandato de vereador tem que estar atento às necessidades da população, e todos os 21 vereadores estão unidos para impedir que Vitória da Conquista perca suas comunidades; para tanto, contamos com apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, do prefeito Guilherme, do Secretário de Agricultura Odir Freire, de Noeci Salgado, da SEI e do povo, que está disposto a ir às ruas participar de uma manifestação pública para mostrar a sua insatisfação".

Conforme o vereador, a possível revogação da Lei Estadual 12.564/2012, por força da ADI, jogaria por terra toda a luta empreendida pela administração municipal para que a população rural fosse respeitada, com a garantia de serviços básicos necessários. "Antes, para concluir o ensino fundamental de 5ª a 8ª série, o aluno tinha que se deslocar para a sede do município, hoje todos os alunos têm direito a estudar, o nosso governo trabalha na limpeza de aguadas, na construção de barragens, tem discutido e lutado para que

## Conquista: Arlindo e Cori discutem possibilidade de perda de população com Desembargadora

📅 15/dez/2014 . 14:15



Viagem  
a  
Salvador.

Na tarde de hoje (segunda-feira), em Salvador, os vereadores Arlindo Rebouças (PROS) e Coriolano Moraes (PT) se reuniram com a Desembargadora Ilona Márcia Reis. A pauta do encontro é a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), movida pelas prefeituras de Anagé e Jânio Quadros e que contesta a Lei Estadual 12.564/2012, que trata dos limites territoriais. Sob a justificativa de que a Assembleia Legislativa da Bahia não tem competência para legislar sobre limites territoriais, os prefeitos ingressaram com a ação que tem preocupado os moradores de distritos e povoados que se veem ameaçados de não mais pertencerem a Vitória da Conquista.

Em recente entrevista concedida a nossa reportagem, o vereador Arlindo Rebouças informou que uma série de documentos, além de abaixo-assinado, foram organizados no intuito de apresentar a Desembargadora.

Caso a ADI seja julgada procedente pelo Tribunal de Justiça, Vitória da Conquista perde parte de suas localidades para municípios limítrofes, entre eles, Anagé, Jânio Quadros, Belo Campo e Ribeirão do Largo. O mais prejudicado com uma eventual divisão seria o Distrito de José Gonçalves, que perderia mais de vinte localidades para Anagé, entre elas, Roseira, Tanque Velho, Batista, Catarina I e II, Boa Sorte, Mãe Eleotéria, Boqueirão, Visão, Deus Dará, Baixa do Muquém, Lagoa do Mulatinho, Lagoa do Facão, Lagoinha, Baixa do Cocá, Quebra Mato, Barreiro e Lagoa de Simplício, totalizando uma média de seis mil moradores.

A qualquer momento mais informações sobre o encontro.